



# **TERMO DE AUTUAÇÃO**

## **PROTOCOLO DO PROCESSO**

### **029575/2025**

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:  
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: 10a3e48c-89ce-4279-9451-d56ece57aeac

|                             |                                                         |
|-----------------------------|---------------------------------------------------------|
| <b>AUTUADO EM</b>           | <b>Quarta-feira, 13 de Agosto de 2025</b>               |
| <b>LOCAL DA AUTUAÇÃO</b>    | <b>LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO - COMISSAO DE PREGAO I</b> |
| <b>AUTUADO POR</b>          | <b>CINTIA MAYER BRITO</b>                               |
| <b>INTERESSADO (S)</b>      |                                                         |
| <b>M COSTA CORREIA LTDA</b> |                                                         |

#### **RESUMO**

*RECURSO - PE 90.076/2025*

*PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 9.680/2025*

*EMPRESA RECORRENTE: M COSTA CORREIA LTDA*

*EMPRESA RECORRIDA: KITCHEN COMERCIO E INDUSTRIA LDTA*

**DATA: 13/08/2025**



**M COSTA CORREIA LTDA**  
**CNPJ: 46.295.883/0001-05**  
**RUA PORTO ALEGRE, N° 50**  
**JARDIM EXCELSIOR**  
**CABO FRIO – RJ CEP: 28.925-010**



**A PREFEITURA DE JUATUBA - MG**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

## **REF: PREGÃO ELETRÔNICO N. 90076/2025**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO sob demanda, de refeições prontas do tipo QUENTINHAS, para atender as necessidades dos servidores plantonistas de 24 horas, pelo período de 01 (um) ano.**

**M COSTA CORREIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 46.295.883/0001-05, estabelecida na RUA PORTO ALEGRE N° 50 JARDIM EXCELSIOR, CABO FRIO –RJ, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, por intermédio de sua representante legal, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da habilitação da empresa KITCHEN COMERCIO E INDUSTRIA LDTACNPJ **22.490.298/0001-06** pelas razões que passa expor.

### **1. DA TEMPESTIVIDADE**

Considerando que a aplicação da Lei nº. 14.133/2021, conforme expressamente indicado no edital, os prazos e procedimentos previstos pela Lei acima mencionada devem ser aplicados ao presente certame, especialmente no que se refere aos prazos processuais. Dentro desse processo licitatório, após análise da proposta da empresa consagrada vencedora o pregoeiro abriu prazo para intenção de recurso na fase de julgamento. Após análise da documentação da empresa consagrada vencedora o pregoeiro abriu o prazo para intenção de recurso na fase de habilitação. A empresa recorrente informou em campo próprio do sistema sua intenção de recurso, obedecendo o prazo imposto no certame, tais dados podem ser comprovado em relatório de julgamento/habilitação disposto em próprio sistema da seção pública em epígrafe. Após registrado as intenções de recurso o pregoeiro abriu o prazo até o dia 30/07/2025 para interposição dos referidos recursos. Sendo assim a recorrente encontra-se dentro dos prazos previsto em lei para protocolar suas razões contra a ilegalidade na decisão que aceitou e habilitou a empresa KITCHEN COMERCIO E INDUSTRIA LDTACNPJ **22.490.298/0001-06**. Demonstrando portanto a tempestividade do presente recurso.

### **2. PRINCIPIOS DA LICITAÇÃO**

O art. 5º da Lei nº 14.133/2021 determina que, em sua aplicação, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

**M COSTA CORREIA LTDA**  
**CNPJ: 46.295.883/0001-05**  
**RUA PORTO ALEGRE, N° 50**  
**JARDIM EXCELSIOR**  
**CABO FRIO – RJ CEP: 28.925-010**



Visto isto, vale frisar quanto ao princípio da impessoalidade, moralidade, probidade administrativa, igualdade e da transparência. De forma breve e sucinta, observe uma breve síntese de cada princípio destacado a cima:

**PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE:** Este princípio busca tanto a igualdade de tratamento que a Administração deve dispensar aos administrados que se encontrem em idêntica situação jurídica quanto evitar qualquer tipo de favorecimento ou conduta prejudicial intencional, por parte do ente público. A atuação da Administração deve voltar-se exclusivamente para a satisfação do interesse público. Em relação às licitações, a impessoalidade implica na observância dos objetivos previamente estabelecidos, afastando a discricionariedade e o subjetivismo na condução dos procedimentos das licitações.

**PRINCÍPIO DA MORALIDADE:** O princípio da moralidade impõe que o administrador público não dispense os preceitos éticos que devem estar presentes em sua conduta. A atuação administrativa, além de respeitar a lei, deve ser ética, leal e séria. A conduta dos licitantes e dos agentes públicos tem de ser, além de lícita, compatível com a moral, a ética, os bons costumes e as regras da boa administração.

**PRINCÍPIO DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA:** a probidade administrativa deve ser compreendida no sentido de honestidade, moralidade e boa-fé por parte dos gestores públicos. Dessa maneira, o gestor público deve atuar honestamente perante os licitantes e para com a própria Administração, devendo suas atividades estarem voltadas para a concretização do interesse público – que é a promoção da seleção da proposta mais vantajosa.

**PRINCÍPIO DA IGUALDADE:** este princípio guarda relação com a impessoalidade e a isonomia. A pretensão é oferecer aos licitantes igualdade de direitos, vedando a discriminação entre estes. Um dos objetivos do processo licitatório é assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição. Sempre deve ser buscada a igualdade de condições entre os concorrentes. A igualdade objetiva garantir um tratamento isonômico aos envolvidos no certame público.

**PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA:** o princípio da transparência relaciona-se à limpidez e clareza que devem qualificar as ações e objetivos das entidades e ao acesso às informações, possibilitando assim o acompanhamento da gestão pública. Pela transparência, temos que o órgão público deve atuar, de forma ativa, no sentido de tornar sua conduta cotidiana, e os dados dela decorrentes, acessíveis ao público em geral. Vai além da publicidade, pois fundamenta-se na garantia do acesso as informações de sua mera publicação.

Visto isto, podemos observar que, as licitações no Brasil movimentam cerca de 700 bilhões de reais, representando 20% do PIB. Sua importância no ordenamento jurídico nacional é incontestável tendo em vista que o instituto tem status normativo constitucional: o a erige como uma das regras básicas da Administração Pública.

**M COSTA CORREIA LTDA**  
**CNPJ: 46.295.883/0001-05**  
**RUA PORTO ALEGRE, N° 50**  
**JARDIM EXCELSIOR**  
**CABO FRIO – RJ CEP: 28.925-010**



A Lei n. 8.666, de 1993, bem como a nova lei de licitações 14.133/2021, foram editadas para atribuir maiores níveis de eficiência e moralidade nas licitações e contratações administrativas, e não obstante é alto o índice de fraudes nesse campo como se percebe da atuação dos órgãos de controle.

### **3. DA NECESSÁRIA INABILITAÇÃO DA EMPRESA KITCHEN COMERCIO E INDUSTRIA LDTACNPJ 22.490.298/0001-06**

Pelo princípio do vínculo ao instrumento convocatório, todos os licitantes devem cumprir RIGOROSAMENTE as regras previstas no edital. Forma de que não há discricionariedade do pregoeiro em admitir sua não observância.

No presente caso, a referida empresa não atendeu as regras estipuladas no instrumento convocatório ao apresentar a sua documentação irregular e incompleta. Vejamos:

### **4. DOS FATOS.**

Na fase de Habilitação, a empresa KITCHEN COMERCIO E INDUSTRIA LDTACNPJ **22.490.298/0001-06** foi declarada habilitada e vencedora do certame mesmo NÃO tendo apresentado documentação completa e pertinente ao certame e ainda entregue documentos em desconformidade com o solicitado.

Após análise vimos que a empresa declarada vencedora:

- Descumpriu o item 8.12.2.4 do termo de referência da regularidade fiscal e trabalhista.

**8.12.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;**

Como se pode ver o item pede que a empresa apresente 2 ( duas ) certidões relativo a regularidade municipal, sendo que a empresa lograda vencedora apresentou apenas uma das certidões. Segue a imagem:



**M COSTA CORREIA LTDA**  
**CNPJ: 46.295.883/0001-05**  
**RUA PORTO ALEGRE, Nº 50**  
**JARDIM EXCELSIOR**  
**CABO FRIO – RJ CEP: 28.925-010**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**  
**AVE ALBERTO BRAUNE, 255, CENTRO - NOVA FRIBURGO - RIO DE JANEIRO**  
**CNPJ: 28.606.630/0001-23 Telefone: 22225259100**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO,**  
**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GESTÃO**



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE CERTIDÃO NEGATIVA**  
**Nº 26643/2025**

*Contribuinte* KITCHEN COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA

*CNPJ* 22.490.298/0001-06

*Inscrição Municipal* 0090127305-5

*Endereço* Rua MARIA FRANCELINA BARROSO Nº109, - CONEGO - Nova Friburgo-RJ CEP: 28621-300

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, de acordo com o artigo 355 do Código Tributário Municipal, LCM n.º 124, de 28/09/2018, é certificado que constam pendências em nome do sujeito passivo, relativas aos créditos de natureza tributária e inscritos em dívida ativa, administrados pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, porém, com exigibilidade suspensa, nos termos dos artigos 41 e 356, ambos do CTM.

A aceitação desta certidão será condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, pelo site oficial da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

**Validade: 11/09/2025**

O Prazo de validade da Certidão é de 90 (noventa) dias, a contar da data da sua emissão.

Chave de Validação WEB: 5ea3a1a5

Emitido em: Sexta-feira, 13 de Junho de 2025

Quando nossa empresa participa de licitações que existe tal solicitação apresentamos sempre as 2 ( duas ) certidões como o item pede. A saber:



**Prefeitura Municipal de Cabo Frio**

Estado do Rio de Janeiro  
28.549.483/0001-05  
Secretaria Municipal de Fazenda  
Divisão de Atendimento Corporativo - DIVAC

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS**

Código de Controle da Certidão: {FE49D3FF-F23F-4151-8299-E5455771AE7E}

Nome: M COSTA CORREIA LTDA

Inscrição Cadastral: 10051814

CPF/CNPJ: 46.295.883/0001-05

Certifica-se que a empresa acima qualificada encontra-se quite com o ISS (Imposto sobre Serviços), até 9 de Julho de 2025 e TVCF até 9 de Julho de 2025. Ressalvando o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a serem apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente a situação do sujeito passivo no âmbito da Secretaria Municipal de Fazenda.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço [www.cabofrio.rj.gov.br](http://www.cabofrio.rj.gov.br)

A certidão emitida de acordo com Art. 321, inciso I, 1º, CTM 3/2003..

Cabo Frio, 9 de Julho de 2025

Válida por 90 dias.

Atenção: este documento perderá a sua validade se contiver qualquer emenda ou rasura!

Certidão Isenta de Assinatura



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO**  
Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**  
**DÍVIDA ATIVA**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS E DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO.**

**NOME/RAZÃO SOCIAL: M COSTA CORREIA LTDA**  
**CPF/CNPJ: 46.295.883/0001-05**

Ressalvado o direito de o Município cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas posteriormente, inclusive quanto ao período abrangido por esta certidão, em atendimento ao requerimento realizado no processo administrativo nº 26463/2025, certifica-se que **NÃO CONSTAM** em nome do requerente, pendências relativas a créditos tributários municipais e inscrições em dívida ativa do Município até a presente data.

Esta certidão se refere à situação do contribuinte no âmbito deste Município até a presente data, sendo expedida nos termos do Art. 321 e seguintes do Código Tributário do Município de Cabo Frio - CTM.

Emitido em 01/07/2025  
Validade até 31/12/2025

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Carlos Eduardo C. S. Christostomo  
Ag. Administrativo  
Mat. 8010665  
DIVAC

Responsável Emissor

Luiz Cristina Cristofolini da Silva  
Matrícula: 230301530  
Agente Administrativo  
DIVAC / PROCEM

Responsável Emissor

[www.cabofrio.rj.gov.br](http://www.cabofrio.rj.gov.br)

M COSTA CORREIA LTDA  
CNPJ: 46.295.883/0001-05  
RUA PORTO ALEGRE, N° 50  
JARDIM EXCELSIOR  
CABO FRIO – RJ CEP: 28.925-010



No caso em tela o que vimos foi o descumprimento do item 8.12.2.4 pela empresa lograda vencedora. Devendo portanto a mesma ser desclassificada do certame.

Ainda nessa linha, o edital é bem claro no item 17.9.1 sobre a regularidade fiscal.

17.9.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, **deverão** apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

Que não é o caso em tela visto que a empresa não apresentou a certidão pedida.

Vale ressaltar ainda que a lei de licitações informa que após a inserção dos documentos para habilitação no sistema, não será permitida a substituição e apresentação de novos documentos, salvo em casos específicos, permitidos pela lei, em sede de diligência, tal obrigatoriedade é endossada pelo item 10.15 do edital, ou seja, a empresa não pode apresentar em sua defesa tal documento visto que o mesmo não foi entregue nas formas do edital.

15.10– Encerrado o prazo para envio da documentação (habilitação ou proposta) de que trata o item 15.8.1 poderá ser admitida mediante realização de diligência a apresentação de novos documentos para a:

15.10.1 - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

15.10.2– apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pelo licitante;

15.10.3 - Aferição das condições de habilitação ou de classificação do licitante decorrentes de fatos ou condições preexistentes ao momento da abertura do certame;

Vale dizer que inabilitação da empresa KITCHEN COMERCIO E INDUSTRIA LTDACNPJ **22.490.298/0001-06** é medida que se impõe diante dos fatos, sua habilitação contraria não só o Edital do certame mas também o princípio da legalidade e o da isonomia, dentre outros. Nesse caso houve AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE E/OU ABUSIVIDADE DO ATO. NÃO HOUVE OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DA ISONOMIA. A licitação é ato estritamente vinculado aos termos da lei e às previsões editalícias, não se afigurando possível a supressão ou

**M COSTA CORREIA LTDA**  
**CNPJ: 46.295.883/0001-05**  
**RUA PORTO ALEGRE, N° 50**  
**JARDIM EXCELSIOR**  
**CABO FRIO – RJ CEP: 28.925-010**



mesmo relativização de regra legitimamente adotado pelo edital do certame, aplicável indistintamente a todos os proponentes. Revela-se necessária e lógica a exigência de apresentação de todos os documentos solicitados e regulares, prevista em lei, para comprovação de exequibilidade mínima da proponente. Tendo a licitante, ora habilitada não apresentado os referidos documentos, quando de sua convocação.

Em função disso sua habilitação fere de morte os princípios norteadores da Administração Pública, especialmente o princípio da eficiência (art. 37, da CF). Fere, ainda, o princípio da legalidade, em que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

Por essa razão, deve a empresa KITCHEN COMERCIO E INDUSTRIA LDTACNPJ **22.490.298/0001-06** ser inabilitada no certame.

## 5. DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, pleiteia-se respeitosamente à V. Sra. que seja conhecido o presente recurso, e no mérito julgado procedente, para inabilitar a empresa KITCHEN COMERCIO E INDUSTRIA LDTACNPJ **22.490.298/0001-06**, no procedimento licitatório uma vez que não cumpriu as exigências editalícias acima citadas e seja retomado o certame com as empresas remanescentes.

Subsidiariamente, caso Vossa Excelência entender por não reformar a respectiva decisão ou a Autoridade Superior Competente, requer desde já, cópia integral dos documentos que perfazem o processo licitatório para fins de impetração de Mandado de Segurança, na forma da lei 12.016/2009, as expensas da empresa ora solicitante.

Termos em que pede e espera deferimento.

Cabo Frio – RJ, 27 de julho de 2025

---

FERNANDA RIBEIRO BARBOSA  
Sócia Proprietária

A Prefeitura de Nova Friburgo

## ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ

**KITCHEN COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.490.298, com sede na Rua Maria Francelina Barroso, 109, Conego, Nova Friburgo, RJ, neste ato representada por sua sócia Roberta de Oliveira Moraes, brasileira, casada, portadora da carteira de identidade nº 11.600.173-6, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF sob o nº 054.577.517-59, domiciliado profissionalmente no endereço acima informado, interpor **CONTRARRAZÕES**, em face a recurso administrativo interposto por **M COSTA CORREIA LTDA** no Pregão Eletrônico nº 90076/2025, pelos motivos de fato e de direito abaixo expostos:

**Ref. Pregão Eletrônico nº: 90076/2025**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO sob demanda, de refeições prontas do tipo QUENTINHAS, para atender as necessidades dos servidores plantonistas de 24 horas, pelo período de 01 (um) ano.**

### DOS FATOS

A empresa Recorrente se insurge em face a Declaração de Vencedora da empresa Contrarrazoante, especialmente no que se refere à forma de apresentação de documentação referente à regularidade fiscal municipal, o que se demonstrará totalmente incabível.







## INICIALMENTE

Inicialmente a empresa Recorrente apresenta um rol de conceitos princípios administrativos, cuja observação deve ser dada nos processos licitatórios, o que de antemão agradecemos e que devem ser adicionados de outros, tão importantes quanto:

**Eficiência:** A licitação deve ser conduzida de forma a garantir a melhor aplicação dos recursos públicos, buscando a contratação mais vantajosa para a administração.

**Razoabilidade e Proporcionalidade:** As decisões e ações na licitação devem ser racionais e proporcionais aos objetivos a serem alcançados.

**Competitividade:** A licitação deve estimular a concorrência entre os licitantes, **buscando a obtenção das melhores propostas.**

Outros conceitos devem permear as Licitações, especialmente para atender os seus objetivos:

**Interesse Público:** refere-se à busca pela melhor opção para a coletividade, priorizando o bem-estar social e a eficiência na utilização dos recursos públicos. A licitação, como procedimento, visa selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública;

**Rigor Excessivo:** em licitações refere-se à ***aplicação exagerada de formalidades, documentos ou procedimentos, que vão além do necessário para garantir a segurança e legalidade do processo, podendo prejudicar a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.***





## DO EXCESSO DE FORMALISMO

São diversos os julgados que, em várias esferas dos tribunais e em diversos municípios país afora, tem entendido que existe a prevalência do **interesse público ao formalismo exacerbado**.

A citada exigência de apresentação de **dois documentos para comprovar regularidade fiscal municipal**, tem serventia restrita para comprovar a condição exigida no Edital e que pode ser demonstrada numa única certidão. No caso do Município de Nova Friburgo, uma única certidão é emitida para comprovar tal situação de regularidade, ou seja, aquela apresentada pelo Recorrido.

Bom ressaltar, que uma simples busca no Google, irá comprovar que **diversos Municípios apresentam suas certidões de regularidade fiscal em apenas um documento.**

O Ilustre Pregoeiro, ao analisá-la, teve a certeza da comprovação da regularidade fiscal exigida, independentemente da mesma ter sido apresentada em uma ou duas certidões, isso se chama **Razoabilidade**, e como visto alhures, também é um princípio da licitação.

Necessário se faz ressaltar que, o procedimento licitatório jamais poderá ser considerado um fim em si mesmo, e sim um meio para, em nome do **interesse público**, efetivar a contratação da proposta mais vantajosa e do licitante apto. Justamente por este motivo é que a Administração Pública, no curso do certame, não se pode ater ao **rigorismo excessivo**, sob o risco de privilegiar o formalismo ao invés do **Interesse Público**.

Neste sentido, assim decidi há bastante tempo o TCU:





*“o apego a formalismos exagerados e injustificados é uma manifestação perniciosa da burocracia que, **além de não resolver apropriadamente problemas cotidianos, ainda causa dano ao Erário, sob o manto da legalidade estrita.** Esquece o **interesse público** e passa a conferir os pontos e vírgulas como se isso fosse o mais importante a fazer. Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da Lei ou do edital devem ser interpretados como instrumentos.” (TCU, 004809/1999-8).*

É certo que se o edital de uma licitação fixa determinado requisito, deve-se considerar importante tal exigência. Esse rigor, contudo, não pode ser aplicado de forma a prejudicar a própria Administração ou as finalidades buscadas pela licitação. **A licitação possui como objetivos primordiais: assegurar a igualdade de oportunidades entre os interessados e proporcionar a escolha da proposta mais vantajosa para o Poder Público.** E, para tanto, rege-se por diversos princípios, entre eles o do procedimento formal, insculpido no artigo 4º, parágrafo único, da Lei 8.666/1993.

Entende-se por procedimento formal a vinculação do certame licitatório principalmente às leis e aos editais que disciplinam todas suas fases e atos, criando para os participantes e para a Administração a obrigatoriedade de observá-los. O rigor formal, todavia, não pode ser exagerado ou absoluto. **O princípio do procedimento formal não quer dizer que se deva anular o**





**procedimento ou julgamento, ou inabilitar licitantes, ou desclassificar propostas diante de simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que tais omissões ou irregularidades sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes. IMPORTANTE RESSALTAR QUE SEQUER OCORRERAM OMISÕES OU IRREGULARIDADES, EIS QUE A INFORMAÇÃO FOI PRESTADA CORRETAMENTE ATRAVÉS DA CERTIDÃO APRESENTADA.**

O TCU já se posicionou através do Acórdão 1.795/2015 do Plenário, que assim dispõe:

*"É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, **quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame**".*

Na documentação apresentada pela peticionária, lembrando que a mesma apresentou a documentação, a informação apresentada, vai além do que pede a jurisprudência, uma vez que fica demonstrado de forma explícita que a empresa Kitchen está





devidamente em dia quanto às suas obrigações fiscais junto ao Município de Nova Friburgo.

O inciso III do art. 12 da NLL dispõe que, no processo licitatório, “**o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo**”. E, especificamente quanto à habilitação, o § 1º do art. 64 assegura a prerrogativa da Administração em “sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação”.

Não apenas nos casos de omissão ou obscuridade nos documentos de habilitação e/ou da proposta, mas, havendo alguma falha formal, há, não uma faculdade, mas um poder-dever do agente de contratação de realizar a diligência, superando-se o dogma do formalismo excessivo e prestigiando a razoabilidade e a busca da eficiência, a ampliação da competitividade e a proposta mais vantajosa para a Administração.

Neste sentido, ainda que houvesse falha na entrega da documentação, **o que não houve**, seria ainda dever da administração saná-los. **Mas repita-se, não há sequer o que ser sanado!!**







Voltando ao entendimento do TCU:

*"Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, **serem sanadas mediante diligências.**" (Acórdão 2302/2012 TCU)*

Nas palavras do professor Adilson Dallari: a **"licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital"**. Ou como sabiamente decidiu o TCU:

*"O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa." (Acórdão 8482/2013-1ª Câmara)*

O TCU publicou o Acórdão n. 1211/2021, o qual pode ser interessante para nossa atuação em pregões eletrônicos.





Como se sabe, a Lei de Licitações, admite a possibilidade de diligências para esclarecimento ou complementação do processo licitatório, sendo vedada a inclusão “*posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta*”.

Contudo, a Corte de Contas, no Acórdão em discussão, flexibilizou tal regra, entendendo pelo cabimento da apresentação de documento novo para sanar/esclarecer alguma questão relativa à habilitação ou à proposta em decorrência de algum equívoco ou falha da licitante no momento de juntada de seus documentos, desde que tal documento confirme condição pré-existente à abertura da sessão pública.

**Para o Tribunal, a possibilidade de inclusão de documento novo referente à condição já comprovada pelo licitante por meio de outros documentos juntados ao processo não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes.** Pelo contrário. No entendimento do TCU:

*“a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado”*

Para que possamos finalizar o assunto, não tem o menor cabimento de ser admitido o recurso proposto, vejamos:

1. A empresa declarada vencedora apresentou toda documentação necessária para comprovação de sua aptidão à prestação do serviço licitado;
2. A documentação referente a Regularidade Fiscal Municipal é robusta e comprova totalmente o que é exigido pelo edital;
3. Vários municípios do Brasil, além do Município de Nova Friburgo, atestam a regularidade fiscal com apenas um





S E R V I C O S D E F A C I L I T A D E S



documento, por exemplo o Município de São Paulo, o maior do país;

4. A jurisprudência pátria já decidiu que, não se deve inabilitar empresas, levando em conta rigor excessivo, inclusive se a informação requerida no edital esteja apenas implícita.
5. Apenas para efeito de argumentação, ainda que houvesse uma falha formal na apresentação, a mesma poderia ser sanada através de diligência, conforme extensa jurisprudência apresentada na explanação acima.

#### **DOS PEDIDOS**

Ante todo o exposto, requer seja julgado improcedente o recurso apresentado, mantendo-se na íntegra a decisão que declarou vencedora a empresa **KITCHEN COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.**

Termos em que,

Pede deferimento.

Nova Friburgo 04 de agosto de 2025

Roberta de Oliveira Moraes / CPF: 054.577.517-59  
Representante Legal  
Kitchen Services

22.490.298/0001-06  
KITCHEN COMÉRCIO E  
INDÚSTRIA LTDA  
R. Maria Francelina Barroso, 109 - Cônego  
CEP 28621-300 - NOVA FRIBURGO - RJ



**Kitchen Services & Facilities**

Rua Conselheiro Sinimbu, 188 - Bloco 3 - Perissê - Nova Friburgo - RJ. Cep. 28.613-270



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

*Comissão Permanente de Pregão I*

DECISÃO DE RECURSO

PE Nº 90.076/2025

Processo Licitatório nº **9.680/2025**, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº **90.076/2025**, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO sob demanda, de refeições prontas do tipo QUENTINHAS, para atender as necessidades dos servidores plantonistas de 24 horas, pelo período de 01 (um) ano.**

Trata-se o presente processo administrativo de RECURSO interposto, tempestivamente, pela empresa **M COSTA CORREIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 46.295.883/0001- 05, com fulcro no artigo 165, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, por intermédio de seu representante legal, contra os termos da decisão de habilitação da empresa **KITCHEN COMERCIO E INDUSTRIA LDTA**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.490.298/0001-06, no bojo do Pregão Eletrônico nº **90.076/2025**.

I. DO RELATÓRIO

I.a. DOS FATOS

Encerrada a fase de habilitação do Pregão Eletrônico em referência, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição, tempestivamente, pela empresa **M COSTA CORREIA LTDA**, doravante denominada Recorrente, contra a decisão que classificou a empresa



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

### *Comissão Permanente de Pregão I*

KITCHEN COMERCIO E INDUSTRIA LDTA, doravante denominada Recorrida, como provisoriamente vencedora. A intenção é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade.

#### I.b. DO RECURSO

A Recorrente, também de forma tempestiva, interpôs, por meio do Sistema, recurso objetivando a modificação da decisão de habilitação, alegando, em síntese, que não houve cumprimento ao item 8.12.2.4 do termo de referência, quanto à regularidade fiscal municipal, já que foi apresentada apenas uma das Certidões exigidas.

#### I.c. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida, tempestivamente, por meio do Sistema, apresentou suas contrarrazões rebatendo as alegações do recurso interposto e pugnando pela manutenção de sua habilitação, conforme as seguintes considerações, em síntese:

"No caso do Município de Nova Friburgo, uma única certidão é emitida para comprovar tal situação de regularidade, ou seja, aquela apresentada pelo Recorrido. Bom ressaltar, que uma simples busca no Google, irá comprovar que diversos Municípios apresentam suas certidões de regularidade fiscal em apenas um documento."

#### II. DAS CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO

A discussão gira em torno da documentação apresentada pela empresa habilitada como provisoriamente vencedora do certame.





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

### *Comissão Permanente de Pregão I*

Registra-se que a sessão do Pregão em tela seguiu estritamente os termos legais e foram enviados todos os documentos solicitados de modo a comprovar que a Recorrida possui condições de cumprir as obrigações decorrentes do Edital em comento.

Observa-se que o item 8.12.2.4 do termo de referência exige que a empresa apresente prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, a qual pode ser entregue através da Certidão de Regularidade de Tributos Municipais e da Certidão da Dívida Ativa Municipal ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, conforme abaixo colacionado:

*"8.12.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei."*

Cabe esclarecer que realmente a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo emite apenas uma certidão de regularidade fiscal unificada, abrangendo todos os créditos de natureza tributária, como se depreende do próprio texto da Certidão, a seguir colacionada:



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

*Comissão Permanente de Pregão I*

13/06/25, 09:24

gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/tributario/tributarioclient/reportHtml?idDocumento=5ea3a1a5-bade-4636-9ebf-dbad207a608f



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO  
AVE ALBERTO BRAUNE, 255, CENTRO - NOVA FRIBURGO - RIO DE JANEIRO  
CNPJ: 28.606.630/0001-23 Telefone: 22225259100  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO,  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GESTÃO**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE CERTIDÃO NEGATIVA  
Nº 26643/2025**

*Contribuinte* KITCHEN COMÉRCIO E INDUSTRIA LTDA

*CNPJ* 22.490.298/0001-06

*Inscrição Municipal* 0090127305-5

*Endereço* Rua MARIA FRANCELINA BARROSO Nº109, - CONEGO - Nova Friburgo-RJ CEP: 28621-300

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, de acordo com o artigo 355 do Código Tributário Municipal, LCM n.º 124, de 28/09/2018, é certificado que constam pendências em nome do sujeito passivo, relativas aos créditos de natureza tributária e inscritos em dívida ativa, administrados pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, porém, com exigibilidade suspensa, nos termos dos artigos 41 e 356, ambos do CTM.

A aceitação desta certidão será condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, pelo site oficial da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

**Validade: 11/09/2025**

O Prazo de validade da Certidão é de 90 (noventa) dias, a contar da data da sua emissão.

Chave de Validação WEB: 5ea3a1a5

Emitido em: Sexta-feira, 13 de Junho de 2025

Portanto, a Recorrida enviou a Certidão adequada, a qual encontra-se no prazo de validade e atende ao disposto no item 8.12.2.4 do termo de referência em comento.

Para habilitar-se no processo licitatório o interessado deve atender às exigências do edital, que incluem a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, detalhada no artigo 68 da Lei 14.133/2021:



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

### *Comissão Permanente de Pregão I*

Art. 68. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

§ 1º Os documentos referidos nos incisos do caput deste artigo poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

§ 2º A comprovação de atendimento do disposto nos incisos III, IV e V do caput deste artigo deverá ser feita na forma da legislação específica.

Conforme pode ser verificado na redação dos incisos II e III desse artigo 68, é necessário que a licitante esteja regular com as fazendas federal, estadual e municipal, com o INSS e com o FGTS. Ou seja, não é necessário que a empresa apresente um comprovante de plena quitação, basta demonstrar a sua regularidade.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

### *Comissão Permanente de Pregão I*

Assim, as certidões positivas com efeito de negativa, usualmente apresentadas pelos participantes nas licitações, devem ser aceitas para habilitação da concorrente que apresentar certidão em tão condição.

O artigo 206 da Lei 5.172/1966 (CTN – Código Tributário Nacional) garante à “Certidão Negativa com Efeito de Positiva” os mesmos efeitos da “Certidão Negativa”:

Art. 205. A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

Parágrafo único. A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de 10 (dez) dias da data da entrada do requerimento na repartição.

**Art. 206. Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa. (grifo nosso)**

Assim como o Tribunal de Contas da União se manifestou no Acórdão 117/2024, nos seguintes termos: “É irregular a inabilitação de licitante que, em vez de apresentar a certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, conforme exigência do edital, disponibiliza certidão positiva com efeitos de negativa, por violar o princípio do formalismo moderado, pois esta última certidão cumpre o objetivo de fazer prova da regularidade fiscal do licitante.” Acórdão 117/2024 Plenário (Representação, Relator Ministro Aroldo Cedraz).



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

### *Comissão Permanente de Pregão I*

Portanto, a documentação recebida se encontra em conformidade com todas as recomendações e Legislações vigentes, não sendo necessária a solicitação de qualquer diligência.

### III. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Diante do exposto, considerando o teor das razões recursais e as considerações apresentadas, com fulcro no artigo 165, §2º, da Lei 14.133/2021, CONHEÇO do recurso interposto no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.076/2025, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo a decisão de habilitação anteriormente proferida, em obediência aos Princípios da Legalidade, Vinculação ao Edital e Segurança Jurídica.

Diante do indeferimento do recurso interposto, nos termos do § 2º do artigo 165 da Lei nº 14.133/2021, encaminho o presente processo à autoridade superior para apreciação e decisão final sobre o recurso administrativo relativo ao Pregão Eletrônico em referência, observando o prazo legal de 10 (dez) dias úteis.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 13 de agosto de 2025.

**Leonardo Gabrig Peixoto**  
**Pregoeiro – Comissão Permanente de Pregão I**  
**Matrícula nº 206.934**





**Processo Administrativo nº 09680/2025**

**Origem: Secretaria de Proteção e Defesa Civil**

**Objeto:** Aquisição de refeições prontas, do tipo QUENTINHAS, para atender as necessidades dos servidores plantonistas de 24 horas, pelo período de 01 (um) ano - Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico com base na Lei 14.133/2021 - Menor Preço por Item.

### **À Licitação e Planejamento – Apoio a Comissão de Pregão**

Cumprimentando-o (a) cordialmente, informamos que conforme a Decisão do Recurso às fls. 17-23 do Processo nº 029575/2025, referente ao PE nº 90.076/2025 estamos de acordo com o parecer em questão.

Colocando-me à disposição para demais esclarecimentos, renovo os votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Assinado por EVI GOMES DA SILVA 896.\*\*\*.\*\*\*\_\*\*  
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
21/08/2025 17:12:44

---

***Evi Gomes da Silva***  
**Secretário Municipal de Defesa**  
Matrícula: 62.014

**SMDC – Nova Friburgo**

**End.: Avenida Alberto Braune, 225 – Antiga Rodoviária Leopoldina – Centro – Nova Friburgo CEP 28613-001.**

**Tel.: 22-2525-9192 / 2525-9157 / 2525-9191 / 199. <http://novafriburgo.rj.gov.br/governo-e-secretarias/defesa-civil>. e-**

**mail: sec.dcnf@gmail.com**